

AS MIGRAÇÕES NA PERSPECTIVA DO TRABALHO: FLUXOS E TEMPORALIDADES DO CAPITALISMO CAMBIANTE

*Wellington Teixeira Lisboa**

Resumo: A presente reflexão centra-se na análise das configurações de um dos mais expressivos fluxos migratórios contemporâneos de brasileiros para o exterior, a saber, a emigração brasileira para a Espanha. Como um dos posicionamentos teóricos que possibilitam a compreensão da dinâmica dos deslocamentos populacionais elegeram-se, prioritariamente, a categoria analítica focada no trabalho. Fundamentando-se nessa perspectiva, problematizar-se-ão, no presente estudo, os impactos da reestruturação produtiva vigente desde as últimas décadas do século 20, como uma resposta do sistema de produção dominante à crise da etapa fordista de acumulação capitalista, nos deslocamentos humanos processados em virtude da busca pelo trabalho, tal como se processa com o coletivo de imigrantes brasileiros na Espanha.

Palavras-chave: Espanha. Imigração. Reestruturação produtiva. Trabalho.

The migration from the perspective of labor: flows and shifting temporalities of capitalism

Abstract: This discussion focuses on the analysis of the recent and important Brazilian emigration to Spain. Among the theoretical positions that allow to understanding dynamic of populational shifts, it was elected the analytical category of work. Based on this perspective, we question, in the present study, the impact of the restructuring of work since the last decades of the twentieth century as an answer of the dominant production system to the crises of the Fordist stage of capitalistic accumulation. It is due to job search, as it occurs with Brazilian immigrants in Spain.

Keywords: Spain. Immigration. Productive restructuring. Work.

INTRODUÇÃO

A presente reflexão constitui parte de uma investigação em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, nível de doutorado, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), cujo objetivo se centra na análise das

* Doutorando em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente na Universidade Católica de Santos. E-mail: wtlisboa@yahoo.com.br.

configurações de um dos mais expressivos fluxos migratórios contemporâneos de brasileiros para o exterior, a saber, a emigração brasileira para a Espanha. Como um dos posicionamentos teóricos que possibilitam a compreensão da dinâmica dos deslocamentos populacionais foi eleita, prioritariamente, a categoria analítica focada no trabalho, embora se reconheça que outros fatores vinculados à busca de ampliação do capital social e cultural, aos projetos de estudo e anseios imaginários, entre outros, se apresentem com igual importância no exercício de compreensão dos fenômenos migratórios.

Fundamentando-se nessa perspectiva, problematizar-se-ão, no presente estudo, os impactos da reestruturação produtiva vigente desde as últimas décadas do século 20, como uma resposta do sistema de produção dominante à crise da etapa fordista de acumulação capitalista, nos deslocamentos humanos processados em virtude da busca pelo trabalho. Incidir-se-á, desse modo, sobre posicionamentos teóricos que analisam o movimento de desterritorialização (GAUDEMAR, 1977; HARVEY, 2002; THOMAZ JÚNIOR, 2002, 2004) de grandes contingentes populacionais em função de sua condição de “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2002, 2009). Desse modo, pensar-se-á a mobilidade geográfica de homens e mulheres, em particular de brasileiros que massivamente emigraram para a Espanha nos últimos anos, dentro de um panorama contextual referente à crise estrutural do sistema global da economia de mercado, que repercute de forma ímpar sobretudo na “periferia” do mundo capitalista, muito embora, como revela o atual panorama econômico europeu, também atinja os países do “centro” com extrema virulência.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA NA ESPANHA: FLUXOS RECENTES

A partir da última década do século 20 e com maior vigor nos anos recentes, a imigração passou a ser tema de grande importância nos cenários políticos e econômicos da Espanha, suscitando inúmeros debates nos campos acadêmicos e midiáticos e nas interações sociais do cotidiano. Se, até 1996, o número de estrangeiros naquele país, segundo dados do *empadronamento*,¹ totalizava cerca de 543 mil pessoas, representando 1,4% da população total, esse contingente passou a registrar nada menos que 5,5 milhões de estrangeiros no ano de 2009, equivalendo a aproximadamente 12% da população espanhola.²

¹ O empadronamento é o registro do cidadão na prefeitura da cidade espanhola onde reside. No caso dos estrangeiros, a situação administrativa de sua permanência não é levada em consideração, isto é, não é ponderado o fato de a situação legal do imigrante se encontrar regularizada ou não. Para a efetivação do registro, solicita-se a apresentação de um comprovante de residência fornecido pelo locador ou comprovante de propriedade do imóvel onde o cidadão reside, além de um documento de identidade. De posse desse registro, o cidadão, nacional ou estrangeiro, tem acesso aos sistemas de saúde e educação.

² Informações divulgadas pelo jornal El País, disponíveis em <http://www.elpais.com>. Acesso em: 4 nov. 2009.

Como contextualizam Fernandes e Nunam (2008), a Espanha, bem como a Itália e o Japão, tem despontado como um dos principais destinos das migrações internacionais no âmbito dos países industrializados. Apesar de, no passado, essas nações terem experimentado uma trajetória de emigração significativa na história dos relacionamentos transfronteiriços intercontinentais, particularmente no que diz respeito à escala do contingente humano envolvido nessas dinâmicas, atualmente vêm se deparando com um processo contínuo e crescente de chegada de volumosos fluxos de imigrantes em seu território, com especial relevo no caso da Espanha e da Itália. No horizonte do continente europeu, esses países podem ser considerados, juntamente com Portugal, protótipos de um novo paradigma da migração internacional, em certos aspectos revestida de contornos peculiares. Fernandes e Nunam (2008), no tocante a esse propósito, sublinham, por exemplo, o conjunto de normas legais relacionadas à imigração e aos imigrantes, instituídas a partir da década de 90 do último século, as circunstâncias de ordem histórica e geográfica e, sobretudo, o fato de as economias nacionais, alicerçadas na expressiva participação do setor informal de emprego e amparadas por subsídios estruturais providos pelo bloco regional da União Europeia, terem ostentado avanços nunca antes obtidos, malgrado a crise econômica que se generalizou desde 2009.

Especificamente no caso da Espanha, Cachón (2003) refere que as migrações internacionais em direção a esse país podem ser demarcadas por três distintas etapas. A primeira estende-se até meados de 1985, quando o contingente de estrangeiros na Espanha era composto fundamentalmente por europeus (65%, segundo dados de 1981), latino-americanos (18%) e os originários do Norte da América (7%), precedendo os 10% restantes da África, Oceania e Ásia. Considera-se que grande parte desses estrangeiros tinha algum vínculo histórico, geográfico e/ou cultural com aquele país hispânico. A segunda etapa circunscreve-se entre os anos de 1986 e 1999, impulsionada pela adesão da Espanha à Comunidade Econômica Europeia (CEE) – atual União Europeia (UE) – e com a profunda reestruturação do mercado de trabalho espanhol em decorrência da inserção nesse bloco regional, em 1986. A expansão do mercado de trabalho secundário e informal e o aumento da oferta de serviços auxiliares e de baixa remuneração atraíram, como contextualiza Cachón (2003), uma nova leva de imigrantes àquele país, dessa vez oriundos de outras regiões do globo, como Marrocos, Senegal, Guiné Equatorial, Portugal e, enfaticamente, da América Latina.

A terceira etapa vislumbrada por esse autor teve início no ano de 2000 e se prolonga até os dias atuais, tendo como peculiar característica o crescimento vertiginoso do número de imigrantes aportando em solo espanhol, geralmente provenientes do Leste Europeu, da África e da América Latina. É neste período atual que a Espanha, de fato, se consolida como país de imigração, convertendo-se num território multicultural e pluriétnico a passos

largos com as transfigurações políticas, econômicas e sociais insurgentes na dinâmica cambiante da globalização. Não há que se surpreender, pois, que a institucionalização da imigração como um “problema” social (GONZÁLEZ; REQUENA, 2005), somente nos últimos anos, tenha inflamado significativo embate no cerne da população espanhola, compelindo as instâncias governamentais à adoção de programas e políticas de integração sociocultural dos imigrantes, bem como de redirecionamento e controle transfronteiriço dos fluxos migratórios, notavelmente postos em prática com a reformulação de leis para estrangeiros, medidas de regularização extraordinária, repatriações e deportações sistemáticas³ (ALONSO, 2004; IZQUIERDO; FERNÁNDEZ, 2006).

A massificação da imigração brasileira na Espanha insere-se nesse último período delimitado por Cachón (2003). Como demonstram as estimativas levantadas por instituições governamentais brasileiras e espanholas e, similarmente, pelos resultados de investigações científicas que vêm se debruçando sobre esse fenômeno social (CAVALCANTI, 2005, 2010; RIAL, 2006; ALMEIDA, 2008; RIPOLL, 2008, 2010; COGO, 2010; RIPOLL; BAENINGER, 2010), não há registros coincidentes sobre o número atual de brasileiros vivendo na Espanha, muito embora seja consensual que, nos anos recentes, essa imigração tenha atingido índices excepcionais. Os dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil asseguram que, em 2007, até 150 mil imigrantes brasileiros viviam em território espanhol, na condição de documentados e não documentados, fato que posiciona esse país ibérico como um dos principais destinos dos fluxos migratórios brasileiros na contemporaneidade, certificando a tendência projetada por Patarra (1995, 2005) e igualmente por Sales (2002) e por Baeninger (2008), quanto à relevância do continente europeu como receptor de imigrantes brasileiros no corrente século, com destaque para Espanha, Itália, Portugal e Reino Unido.⁴

As poucas investigações acadêmicas focadas, em particular, nos deslocamentos de brasileiros à Espanha indicam que, desde a década de 1990 até os primeiros anos de 2000, o coletivo de imigrantes brasileiros era pre-

³ De acordo com notícias divulgadas pelo jornal Folha de São Paulo, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil contabiliza o total de 3.013 brasileiros barrados nos aeroportos espanhóis em 2007, enquanto que, em 2008, registraram-se 2.764 brasileiros impedidos de entrar naquele país europeu. O Ministério do Interior da Espanha, por sua vez, certifica que, pelo segundo ano consecutivo, os brasileiros constituem o grupo que lidera o topo das nacionalidades impossibilitadas de entrar na Espanha, seguida dos venezuelanos e paraguaios. Em 2008, dos 11.886 passageiros barrados nos aeroportos espanhóis, 23% eram brasileiros; em 2009, 21% dos 9.215 tinham nacionalidade brasileira. Na primeira semana de 2010, a Espanha já registrava a média de vinte e cinco deportações de brasileiros por dia. Informações disponíveis em <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 29 nov. 2009; <http://www.mir.es/>. Acesso em: 27 jan. 2010.

⁴ De acordo com as estimativas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, os brasileiros que vivem na Itália, em Portugal e no Reino Unido correspondem, no mínimo, a 110.000, 69.518 e 150.000 imigrantes, respectivamente. Informações disponíveis em <http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br>. Acesso em: 5 out. 2009.

dominantemente composto por cidadãos que tinham da possibilidade de adquirir a nacionalidade espanhola⁵ ou a de outros países daquele continente, valendo-se de direitos e acordos legais pautados em vínculos histórico-culturais do Brasil com populações europeias. Com a massificação desenfreada sobretudo a partir de 2002, a população brasileira em solo espanhol registrou uma taxa de crescimento de 34,2% ao ano, caracterizando uma média bastante expressiva frente aos demais grupos de imigrantes oriundos da América do Sul, inclusive se comparada às taxas alusivas aos provenientes de outras regiões do globo. O coletivo de bolivianos, vale destacar, foi o único sul-americano a contabilizar, em 2007, um volume de crescimento maior que o observado para o total de imigrantes brasileiros, pontuando 46,7% de média anual progressiva no perímetro do território espanhol (FERNANDES; NUNAM, 2008).

Tais pesquisas ainda revelam que considerável número de brasileiros concentra-se nas regiões de Madri e da Catalunha,⁶ apresentando a Galícia⁷ também notoriedade em termos de presença populacional desses imigrantes. Na sua maioria, o contingente de brasileiros na Espanha é composto por jovens e adultos distribuídos no grupo etário de vinte e cinco a trinta e quatro anos, com escolaridade mínima correspondente ao nível médio de formação, o que efetivamente os inclui no perfil geral relativo ao histórico escolar dos imigrantes brasileiros em distintas partes do mundo (SALES, 1999; BÓGUS, 2003; TÉCHIO, 2006; LISBOA, 2010; PADILLA, 2010). Normalmente provenientes de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Rondônia, os brasileiros ocupam postos de trabalho nos seguintes setores da economia espanhola: construção civil, serviços domésticos, bares e restaurantes e prostituição.

Piscitelli (2006, 2010), em sua investigação sobre a prostituição de mulheres brasileiras na Espanha, chama a atenção para o elevado número de imigrantes dessa nacionalidade trabalhando no mercado do sexo espanhol. Essa autora conclui que a inserção nesse tipo de atividade figura como uma das mais relevantes estratégias de migração de mulheres brasileiras para a Espanha, atualmente consideradas maioria entre a população de brasileiros naquele país. Há que se ressaltar também que, conforme as estima-

⁵ Em 2000, das pessoas empadronadas que declararam o Brasil como local de nascimento (25.037 mil), 55,7% tinham a nacionalidade espanhola (FERNANDES; NUNAM, 2008).

⁶ A probabilidade de conseguir uma atividade econômica nas regiões de Madri e da Catalunha, mais concretamente nas cidades de Madri e Barcelona, representa uma das principais justificativas para a presença massiva de imigrantes brasileiros nessas duas comunidades autônomas (CAVALCANTI, 2005; RIPOLL, 2008).

⁷ Pode-se conjecturar o fato de que, além das oportunidades de trabalho no setor informal de emprego da Galícia, as relações histórico-culturais e linguísticas dessa região espanhola com o Brasil tendem a funcionar como elementos simbólicos atrativos para imigrantes brasileiros, conformando centenários fluxos e redes migratórias entre os dois países.

tivas da pesquisa “Trabalhadores Masculinos do Sexo”,⁸ conduzida pelo Ministério da Saúde da Espanha, em parceria com o governo regional de Madri e com uma organização não-governamental espanhola, 70% dos homens que se prostituem na Espanha são de nacionalidade brasileira. De acordo com esse estudo, a chegada massiva de brasileiros em solo espanhol, particularmente após 2005, disparou os índices da prostituição no país. Até 2005, os brasileiros representavam 36% do total dos trabalhadores do sexo; em 2006, chegaram a 55% e, em 2007, atingiram 68,8%.

TRÂNSITOS, INFORMALIDADE, PRECARIZAÇÃO: TRABALHO TRANSFRONTEIRIÇO

Após uma breve caracterização do contingente de imigrantes brasileiros na Espanha, um dos fluxos mais recentes das migrações internacionais brasileiras, passr-se-á ao exercício de problematização, numa vertente caracteristicamente ensaística, acerca dos impactos da reestruturação produtiva vigente desde as últimas décadas do século 20, como uma resposta do sistema de produção dominante à crise da etapa fordista de acumulação capitalista, nos deslocamentos humanos pelo trabalho. Incidir-se-á, deste modo, sobre posicionamentos teóricos que analisam o movimento de desterritorialização de grandes contingentes populacionais em função da busca por trabalho, vinculando essa perspectiva a um dos fatores, quiçá o principal, que fundamentam e estruturam o projeto e a trajetória de migração dos brasileiros na Espanha. Assim, pensar-se-á a mobilidade geográfica de homens e mulheres⁹ dentro de um panorama contextual referente à crise estrutural do sistema global da economia de mercado, que repercute de forma impar sobretudo na “periferia” do mundo capitalista, muito embora também atinja os países do “centro” com extrema virulência, como se tem acompanhado no atual cenário econômico europeu.

De início vale pontuar que a reflexão sobre os impactos da reestruturação produtiva na mobilidade humana pelo trabalho requer, como apontara Marx nos idos do século 19, adotar-se o pressuposto de que a

⁸ Informações disponíveis em <http://www.bbc.co.uk/portuguese>. Acesso em: 29 set. 2009.

⁹ No campo ficcional do cinema e da televisão, muitas são as produções que vêm abordando a temática das mobilidades humanas em âmbito intra e transnacional, incidindo sobre a problemática do desemprego e a busca por trabalho, bem como as situações de precarização estrutural do mesmo. Apenas para citar alguns exemplos de destaque, vale a referência aos filmes *Cartas do Saara* (2006), dirigido por Vittorio de Seta, que apresenta o drama de imigrantes senegaleses clandestinos na sua viagem da África para a Itália, e *O Céu de Suely* (2006), da diretora Karim Aïnouz, que mostra a vida de incertezas de uma migrante que retorna à cidade onde nasceu, Iguatu, no Ceará, depois de ter “tentado a sorte” em São Paulo. Algumas novelas da Rede Globo de Televisão também vêm explorando, em âmbito nacional, a problemática das migrações e imigrações, na sua relação direta com a esfera do trabalho. Em *Senhora do Destino*, novela escrita por Aguinaldo Silva, há o protagonismo da personagem Maria do Carmo, uma mulher pobre que vem do Nordeste para o Rio de Janeiro; em *América*, de Glória Perez, que abordou o tema da imigração, uma jovem brasileira do subúrbio carioca enfrenta condições adversas de trabalho nos Estados Unidos.

força de trabalho se constitui um dos elementos substanciais do processo de acumulação e valorização do capital. Em seus inúmeros escritos, e mais pormenorizadamente em *O Capital*, Marx (1983) acentua que a força de trabalho tem o duplo caráter de mercadoria, que consiste no fato de apresentar, concomitantemente, um valor de uso e um valor de troca, devendo, para se realizar como tal, estar disponível no mercado, o que se dá em função de sua relativa liberdade de ir e vir. A força de trabalho, logo, figura como uma mercadoria que passa a ser comprada pelo capitalista e, nessa condição, se insere na engenhosa e sistemática engrenagem de geração de riquezas para o capital, em proporções que transbordam o valor que é conferido à mercadoria força de trabalho (IANNI, 1982; MARX, 1983; MÉSZÁROS, 2002).

Nessa perspectiva, há um outro distintivo dessa mercadoria que potencializa o garante de mais-valia ao capitalista, a saber, o fato de ela estar disponível voluntariamente ao mercado e, por conta própria, ir ao seu encontro, em âmbito local ou para além das fronteiras nacionais. Os movimentos históricos protagonizados por um imenso contingente de população do campo que se deslocou para as regiões que se transformavam em grandes centros urbanos industriais, por exemplo, asseguraram uma condição visivelmente favorável para que o capital ampliasse o seu raio de intervenção e sua capacidade reprodutiva, concentrando a força de trabalho sem pagar o produto dessa concentração (GAUDEMAR, 1977).

Na obra intitulada *A Era do Capital* (1848-1875), o historiador inglês Eric Hobsbawm (2009), entre tantos outros temas de destaque para a compreensão das contradições do século 19 vinculadas à modernidade do século 20, esboça um conjunto de transformações que foram conduzidas pela história do triunfo do capitalismo e por interesses da burguesia nascente. Em suas investigações, esse autor incide sobre os processos de industrialização e seus impactos na vida de milhares de homens e mulheres que, já não podendo se valer do fruto do trabalho familiar no campo, se lançaram em movimentos migratórios que tinham como destino as cidades onde o capitalismo industrial fincava seus sustentáculos. Daí que seja plausível, como bem notara Marx (1983), se conceber a assertiva de que, em direção correlata à centralização do capital, se estruturam gigantescos exércitos de reserva de trabalhadores, postos a toda sorte e aos caprichos da engrenagem capitalista, num vai-e-vem incessante.

Nessa linha de entendimento, importa considerar que a flexibilização dos processos e condições do trabalho, intimamente fundada em tendências corrosivas de precarização, em larga medida generalizada nas últimas décadas (GORZ, 2003; LINHART, 2007), acabou por impor todo o deslocamento geográfico possível aos trabalhadores dos mais diversos setores, regiões, sexo ou geração, sempre na perspectiva de atender às exigências conjunturais e estruturais do capital. Os fluxos espaciais de contingentes de

trabalhadores, neste sentido, ocorrem, sobretudo, em função dos interesses e da dinâmica do capitalismo vigente, em particular se considerarmos que os mecanismos de extração de mais-valia também se alteram em espaços e tempos variados, do que se pode inferir que o capital tende a protagonizar experiências volúveis de territorialização-desterritorialização-reterritorialização¹⁰ (THOMAZ JÚNIOR, 2002, 2004). Sob múltiplos aspectos, o êxito e a expansão do capital reivindicam, como sublinha Harvey (2006), a existência ou mesmo a ligeira e audaciosa criação de novos espaços de acumulação,¹¹ a exemplo da economia formal e, com mais destaque, a economia informal espanhola, adensada após a inclusão desse país ao bloco da União Europeia.

Harvey (2002), na obra intitulada *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, afirma que o panorama que vem se configurando no mundo contemporâneo é delineado pela consolidação de um novo padrão de acumulação capitalista, em relação ao qual vem se convencendo a designação “acumulação flexível”, em contraposição ao modelo rígido taylorista/fordista. Em linhas gerais, o sistema de produção galgado no binômio taylorismo/fordismo, vigente no período que compreendeu do pós-guerra à década de 1970, caracterizava-se pela produção em massa para consumo em massa, uma correlação direta que obtinha o respaldo de políticas de cunho keynesiano, estruturadas pela participação e regulação do Estado no âmbito econômico.

Como demonstra esse autor, o modelo de produção e acumulação baseado no fordismo chegou ao limite em fins dos anos 60 do último século, podendo alguns acontecimentos ser sinalizados como fatores conjunturais decisivos para a consolidação da crise desse ciclo produtivo: o aumento da competição internacional com a recuperação da Europa ocidental e do Japão, o enfraquecimento da economia americana, a entrada dos países do chamado “Terceiro Mundo” na competição industrial com base no movimento de expansão das multinacionais para essas áreas, a rigidez dos investimentos de capital fixo, a resistência operária que, na década de 1960, passa a ter expressão por meio de movimentos contestatórios e de contra-cultura.

Com o irreversível solapamento do ciclo de produção e crescimento fordista, dá-se a emergência da noção de flexibilidade dos processos e mercado de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. A “acumulação flexível”, que rapidamente se torna o modelo por excelência com base no qual

¹⁰ Thomaz Júnior (2004) refere que é importante a identificação das formas geográficas que revelem os sentidos, os significados e o conteúdo daquilo que, por meio dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, demarcam os mecanismos que expressam diferentes manifestações do trabalho no âmbito da luta por melhores condições de vida, melhores salários, luta pela terra e reforma agrária etc.

¹¹ São vários os exemplos de espaços organizados para assegurar a ampliação do capital, desde a implantação e transferência de empresas ou cooperativas dos mais diversos ramos em locais, outrora, sem qualquer vínculo com essas organizações, até a criação de cenários simbólicos, no quadro da mundialização vigente, que sustentam atividades turísticas, comerciais e de lazer, como parques, resorts, ilhas artificiais etc.

se poderia suplantar a crise estrutural global do capital (MÉSZÁRIOS, 2009), passa a envolver rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões e países até então subdesenvolvidos (HARVEY, 2002, p. 140).

Antunes (2002, 2009) salienta que o novo padrão de acumulação que passa a vigorar no mundo se funda numa transformação ampla e decisiva dos processos de produção, bem como na reorganização dos mercados e setores produtivos e sua redistribuição espacial. As primeiras experiências de reestruturação produtiva sucederam-se na Suécia, na Itália e no Japão, tendo o modelo japonês, amparado pelas revoluções tecnológicas, pela informatização e pela rápida propagação do neoliberalismo, triunfado no globo com maior concretude, transformando-se no conhecido paradigma toyotista. As repercussões dessas transformações para a classe trabalhadora,¹² como levanta Antunes (2002), são profundas e indubitavelmente desastrosas, pois a desproletarização e a precarização das formas de trabalho provocam a complexificação da classe trabalhadora e, por extensão, o esfacelamento da sua unidade.

Interessante pontuar que as novas exigências e formatações do processo de trabalho flexível, transversalizado por subcontratações, terceirizações, serviços temporários, *part-time*, dupla jornada do trabalho feminino, conduziram à fragilização das leis do trabalho e ao enfraquecimento de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Nesse sentido, a complexificação, heterogeneização e fragmentação da classe trabalhadora vem fornecendo elementos significativos para que a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2002, 2009) insira-se num quadro de acentuada e alarmante crise, que afeta de modo incisivo tanto a materialidade de suas vidas, quanto suas subjetividades e consciências, estimulando os deslocamentos regionais e transnacionais de pessoas à procura de trabalho.

Como demonstram Oliveira e Thomaz Júnior (s/d), em pesquisa sobre o trabalhador migrante para o corte de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, região do extremo oeste do Estado de São Paulo, o recurso de absorção desses trabalhadores nas empresas sucroalcooleiras tem sido um grande negócio para viabilizar as condições de reprodução ampliada do capital com base na superexploração do trabalho. O aumento de contingente migrante é acompanhado do aumento das formas de subcontratação,

¹² Na esteira de Antunes (2005), adotou-se o pressuposto de que a classe trabalhadora não se constitui apenas como o proletariado industrial e não se reduz, tão-somente, ao universo fabril. Partilha-se a ideia de que a classe trabalhadora se compõe de todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário e são desprovidos de meios de produção, a exemplo do proletariado industrial e rural, subcontratados, temporários, trabalhadores terceirizados, os assalariados do setor de serviços, desempregados, entre outros.

terceirização ou até quarteirização, tanto por vias institucionalizadas (como agências de contratação ou falsas cooperativas de arregimentação e aliciamento), quanto por mediações não-formais, o que contribui para o incremento da precarização e subsunção do trabalho ao capital. Concluem esses autores que a apropriação do “mais-trabalho” dos migrantes, que são trabalhadores altamente produtivos, reflete a importância que se dá ao trabalho produtivo como um valor de uso para o capital, indispensável na dilatação da taxa de acumulação. Em função dessas e outras artimanhas do capitalismo, não há que se surpreender que as empresas sucroalcooleiras deem preferência a esses trabalhadores que vêm de tão longe para, em alguns casos, “dar sua vida” no corte da cana (OLIVEIRA; THOMAZ JUNIOR, s/d., p. 6).

Nesse processo de reorganização e redefinição de estratégias em benefício do capital, acentua-se também a dispersão espacial do trabalho e de trabalhadores em âmbito transnacional, uma tendência que já despontava no compasso da dinâmica de internacionalização da economia. Sassen (1998) ilustra como as cidades globais ditadas pelos interesses do mercado emergiram rapidamente nas últimas décadas, despoletando alterações nas paisagens urbanas e nas estatísticas demográficas e setoriais, identificadas em uma série de estudos que vêm se debruçando sobre as novas configurações das metrópoles no século 21. A crescente complexidade da relação imigração-trabalho na contemporaneidade pode ser perspectivada, como sublinha esta autora, como uma das faces nefastas do processo de reestruturação produtiva desencadeada em escala global, sendo que muitos dos seus aspectos contribuem para o entendimento das recentes preocupações com temáticas alusivas à urbanização, desenvolvimento, políticas públicas, direitos políticos e sociais, multiculturalismo, entre outras.

Na Espanha, como se viu anteriormente, a esmagadora maioria dos brasileiros, tal como se processa com os imigrantes de outras nacionalidades naquele país europeu, trabalha no setor informal de emprego, obedecendo à lógica de precarização global do trabalho, prestando serviços, em geral em regime de *part-time*, em bares, restaurantes, serviços domésticos, nos cuidados a idosos, construção civil, em clubes arregimentados pelo mercado do sexo. Na informalidade e, não raramente, na ilegalidade, esses imigrantes atendem aos ditames de uma engrenagem capitalista que flexibiliza e precariza as relações de produção e de trabalho, com vistas ao máximo lucro por parte do capitalista. Também cabe a consideração de que, na esfera da economia informal ou mesmo no setor formalizado, embora precário, na Espanha, a demanda por mão-de-obra atrai imigrantes trabalhadores da América Latina, África, do Leste Europeu, que, em geral, ocupam postos de trabalho pouco requisitados pelos nacionais do país para onde a “classe-que-vive-do-trabalho” emigra (CACHÓN, 2003; GONZÁLEZ; REQUENA, 2005).

Numa perspectiva antropológica, Appadurai (2004) refere que o conjunto de imagens, pessoas e capitais que se desloca no cenário global contemporâneo, em decorrência do capitalismo transfronteiriço e da realocação do trabalho e do capital, fomenta o aparecimento de paisagens urbanas que podem ser denominadas como “financiopaisagens”¹³ e “etnopaisagens”, estas últimas representadas, exponencialmente, pela figura do imigrante. Esses sujeitos desterritorializados, ao enfrentarem a necessidade do deslocamento, transformam-se em personagens arquetípicos das novas paisagens da globalização, matizadas por corpos e rostos dos mais diversos pontos do mundo que circulam e até se refugiam em cidades onde o capital internacional, quando melhor lhe convier, decide por anunciar quais são suas necessidades temporárias. Obviamente, esses fluxos seguem-se acompanhados por condições humanas as mais precárias e degradantes, um padrão de informalização e deterioração que se avoluma independentemente se em metrópoles ou cidades médias da América, Ásia, África ou Europa.

Illes et al. (2008) demonstram, por exemplo, que a numerosa comunidade de imigrantes latino-americanos não-documentados que trabalham no setor de costura no Brasil tem seus direitos humanos sistematicamente violados. Esses pesquisadores chamam atenção para as jornadas exaustivas de até dezoito horas enfrentadas pelos imigrantes bolivianos; aos salários inferiores ao mínimo; má alimentação, retenção de documentos pessoais e cerceamento do direito de ir e vir em ambiente de trabalho, por meio de portas trancadas e/ou câmeras de vigilância; condições insalubres de trabalho, falta de residência, entendendo, para dormir, muitos bolivianos colchonete no próprio local de trabalho, ou melhor, nos vãos entre as máquinas de costura, alto índice de tuberculose; intensa coação psicológica por parte dos patrões, que ameaçam denunciar os trabalhadores às autoridades migratórias etc.

Diante desse panorama, pode-se inferir que essa força de trabalho espacialmente mobilizada tende a dispor os lugares para o desenvolvimento do capital, o que implica deslocamentos sem possibilidade de preferências e, por extensão, a emigração como uma das mais imediatas e complexas opções de sobrevivência, ante o desemprego estrutural e a falta de perspectivas no próprio país. O capital, assim, não só provoca a procura de trabalho de quem tem necessidade, como também produz a oferta, pela criação ininterrupta de supranumerários. E é precisamente nesse sentido que Sayad (1998) afirma que foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir, é ele, quando terminar, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua

¹³ Ao propor o conceito de “financiopaisagem”, Appadurai (2004) acentua que a disposição do capital global se configura, atualmente, como uma paisagem mais misteriosa, volúvel e complexa do que nunca, posto que os mercados de capitais, as bolsas nacionais e a especulação comercial se movem a uma velocidade estonteante.

negação ou que o empurra para o não-ser (SAYAD, 1998, p. 54). Seja nos moldes dos fluxos intranacionais ou internacionais, como na imigração de brasileiros à Espanha, as mobilidades geográficas de trabalhadores acabam por satisfazer as exigências do capital, atuando na sua reprodução contínua e no processo conjunto de acumulação para o capitalista. Especialmente no contexto da reestruturação produtiva vigente, identifica-se uma cooperação orgânica entre acúmulo do capital e mobilidade do trabalho, sendo um imenso exército de trabalhadores levado a concretizar projetos migratórios vislumbrados como uma das possibilidades, entre poucas, de luta pela sobrevivência dessa “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2002, 2009.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. “Novas territorialidades ou múltiplas territorialidades? Trabalhador migrante brasileiro em Barcelona”. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, vol. XII, núm. 270 (131), 2008. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270-131.htm>.
- ALONSO, José Antonio. *Emigración y desarrollo*. Implicaciones económicas. Madrid: La Catarata, 2004.
- AMARAL, Rubem G. *Perfil da comunidade brasileira no exterior*. Brasília: s. ed., 2005. mimeo.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *O caracol e sua concha*. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- APPADURAI, Arjun. *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.
- BAENINGER, Rosana. “O Brasil no Contexto das Migrações Internacionais da América Latina”. In: BAENINGER, Rosana A.; BRITO, Fausto (Orgs.). *População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. 1 ed. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), v. 1, 2008. p. 248-265.
- BÓGUS, Lucia M. M. “Globalização e migração internacional: o que há de novo nesses processos?”. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar A. (Orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 165-174.
- CACHÓN, Lorenzo. “La inmigración em España: los desafíos de la construcción de una nueva sociedad”, *Migraciones* 14, España, 2003, pp. 219-304.
- CAVALCANTI, Leonardo. “A Imigração brasileira no espaço urbano de Barcelona”. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.). *Travessia na desordem global: Fórum Social das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- _____. “La inmigración brasileña en la estructura socioeconómica de España”. In: Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa. Barcelona, Espanha, 2010.
- COGO, Denise. “Imigração brasileira na Espanha e usos sociais da internet”. In: Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa. Barcelona, Espanha, 2010.

- FERNANDES, Duvar; NUNAN, Carolina. “O imigrante brasileiro na Espanha: perfil e situação de vida em Madri”. Trabalho apresentado no *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu/MG, 2008.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. Prefácio, Capítulo 1 e Capítulos 5 a 8.
- GONZÁLEZ, Juan Jesús; REQUENA, Miguel. *Tres décadas de cambio social en España*. Madrid: Alianza, 2005.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. Tradução de Luciano Costa Neto. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- IANNI, Octavio. *Dialética e capitalismo – ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ILLES, Paulo et. alli. “Tráfico de pessoas para fins de exploração de trabalho na cidade de São Paulo”. *Cadernos Pagu*, Universidade Estadual de Campinas, n. 31, julh-dez. 2008.
- IZQUIERDO, Antonio. *La inmigración inesperada: la población extranjera en España (1991-1995)*. Madrid: Trotta, 1996.
- IZQUIERDO, Antonio; FERNÁNDEZ, B. “Panorama de la inmigración en España”. In. ALTED, A. y ASENJO, A. (Coords.). *De la España que emigra a la España que acoge*. Madrid: Fundación Francisco Largo Caballero y Obra Social Caja Duero, p. 444-466.
- LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LISBOA, Wellington T. “Fluxos transatlânticos e identidade: a imigração brasileira em Portugal e o imaginário português sobre o Brasil”. Trabalho apresentado no *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu, 2010. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_6/abep2010_2275.pdf.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Francisco Raul Cornejo e outros. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OLIVEIRA, Gerson de Souza; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. *Migrantes: a superexploração do trabalho produtivo dentro dos canaviais no Pontal do Paranapanema*. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/A38.pdf>. Acesso em 15 maio 2010.
- PADILLA, Beatriz. “Gênero e migrações: o que sugere o estudo das imigrantes brasileiras em Portugal”. In: Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa. Barcelona, Espanha, 2010.
- PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995.
- _____. “Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 23-33, jul./set. 2005.
- PISCITELLI, Adriana. “Sujeição ou subversão: migrantes brasileiras na indústria do sexo na

216 LISBOA, Wellington Teixeira. As migrações na perspectiva do trabalho:..

Espanha”. *História e Perspectivas*, Uberlândia (35): 13-55, jul./dez.2006.

_____. “Geografia política do afeto: interesse, “amor” e migração. In: Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa. Barcelona, Espanha, 2010.

PORTES, Alejandro. *Estudo sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa: Fim de Século, 2006.

RIAL, Carmem. “Jogadores brasileiros na Espanha: emigrantes, porém”. In: *Antropologia em primeira mão*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, n. 87, 2006, pp. 5-42.

RIPOLL, Erika Masanet. “O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 25, n. 1, São Paulo, jan./jun., 2008.

RIPOLL, Erika Masanet; BAENINGER, Rosana A. “Imágenes recíprocas y estereotipos entre la población brasileña y autóctona en el contexto multicultural español”. In: *Convergencia (Toluca)*, v. 53, p. 151-174, 2010

SALES, Teresa. *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Políticas Migratórias: América Latina, Brasil e Brasileiros no Exterior*. São Carlos: Edufscar, 2002.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.

TÉCHIO, Kachia. “Imigrantes brasileiros não documentados: uma análise comparativa entre Lisboa e Madri”. SOCIUS Working Papers, Universidade Técnica de Lisboa, n. 1, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. *Por trás dos canaviais, os nós da cana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

_____. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. In: *Revista Geosul*, Florianópolis, n.37, jan./jun. 2004.